

# ANÍSIO TEIXEIRA E A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, AUTORIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: UMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL CONTRA O AUTORITARISMO

## ANÍSIO TEIXEIRA Y LA RELACIÓN ENTRE EDUCACIÓN, AUTORIDAD Y ESPACIO PÚBLICO: UNA PERSPECTIVA EDUCATIVA CONTRA EL AUTORITARISMO

### ANÍSIO TEIXEIRA AND THE RELATIONSHIP BETWEEN EDUCATION, AUTHORITY AND PUBLIC SPACE: AN EDUCATIONAL PERSPECTIVE AGAINST AUTHORITARISM

Janiara de Lima Medeiros\*  
Debora Ramos Figueiredo\*\*  
Raquel Lopes Pereira Pinheiro\*\*\*

\*, \*\*, \*\*\* Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

---

#### Resumo

O presente artigo busca trazer uma reflexão sobre o tema da autoridade e sua relação com o espaço público na educação moderna brasileira, a partir da atuação de Anísio Teixeira na reforma educacional realizada no Distrito Federal na década de 1930, com o objetivo de contribuir para um olhar crítico e reflexivo a respeito da educação brasileira atual. A escolha do tema ocorreu pelo reconhecimento da importância de refletirmos a respeito da ausência de autoridade legítima no meio educacional, a qual, a nosso ver, tem gerado graves consequências à educação, uma vez que, não havendo autoridade as relações no meio escolar, inevitavelmente, irão se constituir de forma autoritária, numa organização hierarquizada. Além disso, muitas vezes, a ausência de autoridade gera a burocratização da escola, na qual o governo se torna de ninguém e de todos, ao mesmo tempo, fazendo com que a escola perca sua função de espaço público e se volte para atender interesses pessoais e privatistas, ao invés de se voltar para o bem comum.

**Palavras chave:** Anísio Teixeira; Educação moderna; Autoridade; Espaço público.

#### Resumen

Este artículo busca traer una reflexión sobre el tema de la autoridad y su relación con el espacio público en la educación brasileña moderna, a partir del trabajo de Anísio Teixeira en la reforma educativa realizada en el Distrito Federal en la década de 1930, con el objetivo de contribuir a una mirada crítica y reflexivo sobre la educación brasileña actual. La elección del tema se dio por el reconocimiento de la importancia de reflexionar sobre la ausencia de autoridad legítima en el ámbito educativo, lo cual, a nuestro juicio, tuvo graves consecuencias para la educación, ya que, en ausencia de autoridad, las relaciones en el o El entorno escolar se volverá inevitablemente autoritario, en una organización jerárquica. Además, la ausencia de autoridad a menudo conduce a la burocratización de la escuela, en la que el gobierno pasa a ser de nadie y de todos, al mismo tiempo, provocando que la escuela pierda su rol de espacio público y comience a servir intereses personales. y privatistas, en lugar de volverse hacia el bien común.

**Palabras clave:** Anísio Teixeira; Educación moderna; Autoridad; Lugar público.

## Abstract

This article seeks to bring a reflection on the theme of authority and its relationship with the public space in modern Brazilian education, based on the work of Anísio Teixeira in the educational reform carried out in the Federal District in the 1930s, with the objective of contributing to a critical and reflective look at current Brazilian education. The choice of the theme occurred due to the recognition of the importance of reflecting on the absence of legitimate authority in the educational environment, which, in our view, has had serious consequences for education, since, in the absence of authority, relations in the school environment, inevitably, will be constituted authoritatively, in a hierarchical organization. In addition, the absence of authority often leads to the bureaucratization of the school, in which the government becomes nobody's and everyone's, at the same time, causing the school to lose its function as a public space and turn to serve personal interests and privatists, instead of turning to the common good.

**Keywords:** Anísio Teixeira; Modern education; Authority; Public place.

## Introdução

Discutir sobre o tema da autoridade na educação dos dias atuais é imprescindível para compreendermos muitos problemas que envolvem a educação no Brasil. Partindo da concepção de autoridade como uma força que emana de dentro dos que a exercem, a qual só é possível em uma relação de confiança, entendemos que para que uma autoridade seja legítima é necessário que os que sob ela estão estejam convencidos de que são orientados para o seu próprio bem. Dessa forma, em uma relação de autoridade não pode haver imposições, mas apenas o convencimento. Assim, o principal objetivo dos que ocupam uma posição de autoridade deve ser a busca do bem dos que estão sob essa autoridade.

A ausência de autoridade legítima no meio educacional tem gerado graves consequências à educação. Não havendo autoridade as relações no meio escolar, inevitavelmente, irão se constituir de forma autoritária, numa organização altamente hierarquizada. Além disso, muitas vezes, a ausência de autoridade gera a burocratização da escola, na qual o governo se torna de ninguém e de todos, ao mesmo tempo, fazendo com que a escola perca sua função de espaço público e se volte para atender aos interesses pessoais e privatistas, ao invés de se voltar para o bem comum.

A metodologia do presente artigo se deu por meio da pesquisa bibliográfica, a partir da análise qualitativa na perspectiva historiográfica. Dessa forma, realizamos o levantamento de fontes de Anísio Teixeira, como discursos de posse institucional, entre outras, além de um levantamento bibliográfico sobre Anísio Teixeira e sobre o contexto histórico referente à reforma educacional do Distrito Federal na década de 1930. Recorreremos, ainda, a autores que discutem especificamente sobre o tema da autoridade e da educação moderna, considerados relevantes para o desenvolvimento do debate presente nesse artigo.

## 1. Anísio Teixeira e a reforma educacional do Distrito Federal na década de 1930: mudanças no papel da autoridade

Anísio Teixeira deixou clara na obra pública por ele realizada no Distrito Federal na década de 1930 sua intenção de romper com o tipo de autoridade vigente no meio escolar, a fim de operar no meio social o mesmo rompimento. Vários são os momentos em que o educador deixou clara essa intenção em seus registros, demonstrando sua insatisfação com o tipo de autoridade heterônoma vigente até então. De acordo com Anísio Teixeira (1930), na civilização moderna, não somente mudaram as condições materiais do homem, mas, também, sua visão sobre a vida, já que ele havia se desapegado dos velhos sistemas autoritários do passado, quer tenham sido tradicionais ou religiosos.

Mas, podemos notar que Anísio Teixeira pretendia o rompimento com a autoridade tradicional e religiosa, na medida em que manifestassem um tipo de autoridade externa, ou seja, uma autoridade heterônoma, que não permitia ao indivíduo a liberdade de pensamento. Essa intenção do educador pode ser confirmada quando ele argumentou que na civilização moderna nenhuma “autoridade externa” seria aceita, pois as ideias e fatos seriam examinados nos seus méritos e resolvidos de acordo com as luzes da razão de cada um (TEIXEIRA, 1930).

Anísio Teixeira não foi um homem apenas de palavras, mas procurou por em prática suas concepções a respeito da nova prática educacional por ele defendida. Ao assumir o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, ele realizou a reforma do ensino primário e do ensino secundário. A criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) foi o ápice de sua reforma na capital do país. A UDF seria a instituição que concretizaria sua obra de reforma educacional no Rio de Janeiro. A intenção de Anísio Teixeira era de reformular a cultura brasileira, transformando-a de uma cultura autoritária e privatista em uma cultura de liberdade e de solidariedade. Teixeira revelou sua insatisfação com a cultura brasileira ao afirmar que:

A cultura brasileira se ressent, sobretudo, da falta de quadros regulares para sua formação. Em países de tradição universitária, a cultura une, solidariza e coordena o pensamento e a ação. No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa. E isso, por quê? Porque os processos para adquiri-la são tão pessoais e tão diversos, e os esforços para desenvolvê-la tão hostilizados e tão difíceis, que o homem culto, à medida que se cultiva, mais se desenraiza, mais se afasta do meio comum, e mais se afirma nos exclusivismos e particularismos de sua luta pessoal pelo saber (TEIXEIRA, 1962, p. s/p).

É imprescindível, a fim de refletir sobre a proposta da reforma educacional de Anísio Teixeira, analisar dois aspectos a respeito do educador: a formação de sua identidade e o contexto social e cultural em que se encontrava, uma vez que compreendemos a importância da contextualização para uma visão mais lúcida dos fatos.

Ao analisar a bibliografia sobre Anísio Teixeira podemos nos deparar com duas perspectivas polêmicas e complexas a seu respeito: na interpretação de alguns, Teixeira foi um liberal conservador, o qual procurou realizar uma reforma na educação brasileira de forma autoritária. Outros, pelo contrário, o têm como um grande educador e homem público, o qual, por meio da educação, trouxe ao Brasil propostas de liberdade e crítica, em sua bela obra de tentativa de quebra do autoritarismo e da hierarquia social brasileira, ao buscar garantir uma educação de qualidade para todos.

Mas, de fato, em qual das duas interpretações o educador se enquadraria? Estaria ele enquadrado nas duas interpretações? Estaria ele enquadrado mais em uma do que na outra? Dar uma resposta exata para essas questões, talvez, não seja o mais importante. O que pretendemos é buscar uma interpretação mais coerente a respeito da questão da autoridade na educação brasileira e de sua relação com o espaço público.

Nunes (2001) ao discorrer sobre a biografia do educador afirma que Anísio Teixeira teve sua origem social radicada nas famílias Spinola e Teixeira, proprietárias de terra com grande prestígio político. Sua formação religiosa deu-se nos moldes da pedagogia inaciana nos colégios de Caetité e Salvador.

De acordo com Nunes (2001) duas autoridades pressionavam o educador: a religiosa e a paterna. Sua atitude foi de resistência a ambas, pois abriu mão do sacerdócio e da carreira de político profissional, mesmo tendo concluído seu curso superior em Direito. Nessa resistência, Anísio Teixeira travou na própria consciência uma luta entre a expansão ou o confinamento aos dogmas religiosos e à necessidade de um absoluto. O processo de interrogação de si e o esforço pessoal na relação com o conhecimento que lhe foi imposto pela pedagogia jesuítica, em nome do fortalecimento da fé, levou-o, contraditoriamente, a deslocar seu movimento intelectual da metafísica e a transformar o seu destino. Ao conduzir a Diretoria-Geral da Instrução Pública da Bahia em 1924, a convite de Góes Calmon, Teixeira usou o exercício da gestão como espaço de manobra para assegurar sua decisão pessoal com relação à opção profissional. Teixeira decidiu, então, abandonar a magistratura e a advocacia.

Anísio Teixeira recuou do sacerdócio e viveu um intenso apostolado leigo, o qual o colocou em contato com a vanguarda conservadora européia e, depois de três anos de exercício no cargo, de uma viagem à Europa e da primeira viagem aos Estados Unidos, decidiu-se pela educação. Teixeira levou para a educação, num momento em que a carreira profissional docente não estava estruturada no Brasil, seus saberes, suas vivências e sua recente aquisição de uma filosofia da educação e de um programa de ação nos moldes do liberalismo de John Dewey, cujo pensamento contribuiu decisivamente para definir as possibilidades e os limites do sujeito Anísio Teixeira na transição do universo simbólico metafísico para o universo simbólico científico (NUNES, 2001).

Sem a pretensão de estender, pormenorizadamente, a apresentação da biografia de Anísio Teixeira, consideramos necessário, ainda, tratar do contexto social e político em que se encontrava o educador no período em que realizou a reforma educacional na capital do país na década de 1930.

A reforma educacional realizada por Anísio Teixeira no Distrito Federal na década de 1930 faz parte do movimento de renovação educacional, também conhecido como Movimento da Escola Nova, o qual teve início no Brasil nos anos de 1920. Segundo Paulilo e Vidal (2003), a denominação “escola nova” foi expressa em diferentes saberes e práticas pedagógicas, os quais se apresentaram como métodos de ensino, estratégias educativas e projetos de escolarização. Trata-se de um movimento de renovação dos processos educacionais, apoiado no progresso das ciências biológicas e psicológicas, nas atribuições sociais da escola, no industrialismo, na atividade infantil e no trabalho em solidariedade. Os eixos pelos quais a expressão “escola nova” adquiriu seu sentido entre as décadas de 1920 e 1930 podem ser observados na adaptação do sistema escolar a uma sociedade industrial e de um regime político democrático.

Em Bomeny (2000) vemos que a construção do Estado nacional pressupôs a crítica à Primeira República. Os intelectuais criam que, por meio da atuação do Estado, importantes mudanças culturais, sociais e políticas seriam possíveis. Criam na atuação do Estado e desconfiavam da atuação privada. Essa desconfiança estava ligada à tradição oligárquica brasileira, marcada pelo mandonismo, o coronelismo, a ganância e o personalismo, por meio de pessoas desprovidas do sentido público num Estado enfraquecido. A crença na intervenção do Estado somada à fé nos progressos da ciência sedimentou o projeto intelectual de parte significativa da geração do pós 1930, que viu no Estado moderno uma forma de combate ao regionalismo, às oligarquias e ao mandonismo local.

A autora argumenta que os ataques aos reformadores liberais pelos católicos eram intensos, principalmente os dirigidos a Fernando de Azevedo e a Anísio Teixeira. Anísio Teixeira era tido como um jovem “desnortado” pelos ensinamentos em Columbia ao ponto de negar “o primado de Deus na educação do homem para contentar-se com o primado ridículo da democracia e da ciência, à altura dos instintos mais rasteiros ou mais triviais do egoísmo humano”.

Ao chamar atenção para a identidade de Anísio Teixeira, bem como para o contexto social e político no qual se encontrava, pretendemos suscitar a reflexão sobre como sua formação e sua relação social expressaram-se na obra educacional por ele realizada no Distrito Federal na década de 1930.

Na década de 1920, Anísio Teixeira realizou a reforma educacional na instrução pública da Bahia. De acordo com Nunes (2000), quando Teixeira assumiu o comando da Inspetoria-Geral de Ensino na Bahia, mais tarde batizada de Diretoria-Geral da Instrução Pública, em contraste com a cultura, a organização, a competência docente dos colégios nos quais estudara, o educador deparou-se com a pobreza

de recursos humanos e materiais, a redução da cultura, a dispersão e desarticulação dos serviços educativos, o despreparo e a desmotivação do professor, as sequelas do clientelismo político-eleitoral (a imoralidade, a corrupção e a acomodação), alimentando a ineficiência da máquina estatal. O impacto dessa realidade e as experiências das viagens à Europa e aos Estados Unidos funcionaram como condições para o rompimento com o universo simbólico no qual estava inserido. A transição de Anísio Teixeira do universo simbólico metafísico para o universo simbólico científico lhe teria propiciado a autocrítica e a crítica à sua própria gestão.

A autora afirma que o processo de ressocialização de Anísio Teixeira esbarrava numa personalidade já formada por um processo de interiorização “bem sucedido” do “mundo dos colégios jesuítas”, entendendo-se por bem sucedido o elevado grau de simetria entre a realidade objetiva e subjetiva, que possuía um forte sentimento de inevitabilidade do seu sacrifício pessoal ante uma causa religiosa que o ultrapassava. A reorganização interna pela qual passou sacudiu esse sentimento, mas não o eliminou. Quando muito, o transferiu para outros significados em que a causa religiosa foi substituída por uma nova cruzada: a educação.

Anísio Teixeira, marcado pela formação jesuítica e disposto ao auto-sacrifício, conhecia por dentro, não somente o pensamento religioso predominante no Brasil, mas, também, a tradição oligárquica autoritária e privatista brasileira. Dessa forma, descontente com uma cultura marcada pela imposição e pelo autoritarismo, viu nas teorias educacionais modernas da Europa e dos Estados Unidos, a salvação para a precária educação brasileira e para um povo que vinha sendo explorado em funções de interesses privatistas e gananciosos.

Vale ressaltar que católicos e pioneiros concordavam a respeito da necessidade de modernização do país em vários aspectos, como, por exemplo, no industrial. Sua divergência residia, principalmente, no tipo de autoridade em que a educação deveria basear-se, se na religiosa ou na científica. Anísio Teixeira viu no método científico e não na ciência, a possibilidade de proporcionar ao homem moderno o pensamento livre e crítico, a fim de que esse homem pudesse se autogovernar.

O próprio Anísio Teixeira havia “rejeitado” a autoridade externa em sua vida ao decidir sobre sua carreira profissional e sobre o universo simbólico do qual fazia parte, rejeitando a autoridade paterna ao abrir mão da carreira política e a autoridade religiosa ao abandonar o sacerdócio. Já era um homem quando tomou, definitivamente, suas próprias decisões, disposto a sacrificar-se pela causa educacional a fim de atingir a causa social de seu país. Teixeira sonhava com a paz e com a liberdade na Terra e tinha plena convicção de que o exercício do método científico proporcionaria essa paz e liberdade. Sua crítica era direcionada a uma religiosidade e a uma tradição que hierarquizava e manipulava os homens, heteronomamente, impossibilitando-os do autogoverno.

Não pretendemos neste momento aprofundar considerações a respeito da reforma educacional realizada nas décadas de 1920 e 1930 além do que expusemos anteriormente. O que interessa é suscitar uma reflexão sobre a obra realizada por Anísio Teixeira no Distrito Federal, sabendo que essa foi, também, uma obra de modernização da educação e da sociedade brasileiras, obra essa marcada pelas peculiaridades do sujeito histórico que a agencia, o que torna tão complexa a interpretação do pensamento do educador e da obra educacional por ele realizada. Seria essa obra autoritária ou libertária?

## 2. Breve reflexão sobre a relação entre educação, autoridade e espaço público

A despeito das perseguições e dos ataques sofridos, Anísio Teixeira não hesitou em por em prática sua obra educacional na capital do país a partir de suas convicções do que seria uma melhor proposta educacional para o povo brasileiro. No discurso de posse da Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira manifestou sua fé em uma educação movida por atitudes de solidariedade e de humildade, desprovida de interesses pessoais, em que o professor teria um papel fundamental, conforme vemos no trecho abaixo:

A obra que temos de realizar aqui, portanto, é obra anônima de todos nós, que nos devemos esquecer de nós mesmos, para tornar a nossa colaboração mais solidária e mais fiel. E nesse trabalho de cooperação a hierarquia segue o caminho oposto da criação intelectual do plano, que foi o trabalho de alguns antecessores. O diretor do serviço educacional é, agora, o seu mais modesto operário. O mestre é quem realiza a obra de educação. O diretor é o simples servidor do mestre (TEIXEIRA, 1932, p. 75-76).

As palavras de Anísio Teixeira emocionam. A humildade e o altruísmo expressos nas palavras do educador não perderam sua capacidade de tocar com o passar dos anos, não se tornaram obsoletas em uma sociedade marcada pela novidade e pelo hedonismo, como é a sociedade moderna.

Sobre a atuação de Anísio Teixeira no Distrito Federal, pode-se afirmar que sua obra significou a tentativa de promover a ruptura com o autoritarismo, ou seja, contra qualquer autoridade externa. Exemplo disso foi a reforma realizada por Teixeira no ensino secundário da capital carioca, a fim de eliminar a dualidade desse ensino, no qual residia um tipo de educação para o povo e um tipo de educação para as elites.

Novamente em Nunes (2000) vemos que ao promover a reforma no ensino secundário, por meio da qual a cultura geral passou a conviver com as práticas de ofício, Teixeira suscitou a necessidade de uma reorganização da escola. Essa reorganização apoiava-se no *self-government*, por meio da qual grande parte da gestão escolar era realizada pelos próprios alunos. Inspirada no Instituto Hampton, essa novidade era vista por certos educadores como um exercício de “anarquia”, que inverteria a hierarquia da autoridade escolar, podendo promover a desordem. Segundo Nunes, a experiência do *self-government* obrigava os



adultos e os professores a olharem os alunos por outra ótica, contrária a da hierarquia social ou cultural, como indivíduos numa totalidade coletiva.

Sem desconsiderar a observação de Clarice Nunes a respeito do *self-government*, compreendemos que essa organização escolar expressou uma característica da educação moderna, que diz respeito à emancipação das crianças e dos jovens da autoridade do adulto. A respeito da autoridade na educação escolar, Anísio Teixeira, ao tratar sobre a relação do professor com os alunos na escola nova, enfatizou:

Lembremos que estamos passando de uma civilização baseada em uma autoridade externa, para uma civilização baseada na autoridade interna de cada um de nós. E nessa nova civilização, o que desejamos é uma vida melhor e mais ampla. A única finalidade da vida é mais vida. Se me perguntarem, o que é essa vida, eu lhes direi que é a liberdade e a felicidade (TEIXEIRA, 1930, s/p).

Anísio Teixeira rejeitou a autoridade exercida de uma pessoa sobre a outra, de forma heterônoma. O educador afirmava que cada um deveria exercer sobre si mesmo sua autoridade, que nomeava de “autoridade interna”. Mas, afinal, o que seria autoridade? O que a autoridade tem a ver com a educação? Para refletir sobre essas questões recorreremos às contribuições de Hannah Arendt, já que ajudam a esclarecer alguns mal entendidos, iluminando algumas obscuridades a respeito do tema da autoridade na educação moderna.

Arendt (2001) se propõe a analisar a crise na educação moderna, a partir da análise da educação americana. A autora argumenta que essa crise está ligada à crise da autoridade e da tradição, devido à postura que os tempos modernos assumem face ao passado ao rejeitarem a autoridade e a tradição, gerando, assim, um problema para a educação, já que esta, por sua própria natureza, não pode abrir mão da autoridade e da tradição.

Segundo a mesma autora, na educação moderna, a autonomia da criança passou a ser ressaltada e os professores perderam muito de sua autoridade. Ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não teria sido libertada, e sim sujeitada a uma autoridade muito mais terrível e, verdadeiramente, tirânica, que se trata da tirania da maioria. Surge uma espécie de mundo da criança e, por conseguinte, uma espécie de vida pública, em que elas são forçadas a se expor à luz da existência pública.

Mas, o que justificaria a autoridade na educação? Segundo Arendt (2001), seria a responsabilidade pelo mundo que, na educação, assume a forma de autoridade. A qualificação do professor consistiria em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros a respeito deste mundo e sua autoridade se assentaria na responsabilidade que ele assumisse por este mundo.

Pode-se notar que, para a autora, a autoridade educacional seria necessária aos novos no mundo, ou seja, às crianças, devido a sua necessidade de serem guiadas num mundo pouco conhecido por elas. A partir da contribuição da autora, expomos um ponto que consideramos crucial para uma maior



compreensão do papel da autoridade na educação. Esse ponto diz respeito à necessária distinção entre a autoridade e o autoritarismo.

A respeito da autoridade, compartilhamos da definição do clássico da sociologia Durkheim, citado por Gomes:

A autoridade é uma força que ninguém pode manifestar, se efetivamente a não possui. Onde pode vir ela? Será do poder material de que se arma? Do direito de punir e de recompensar? Mas o temor do castigo é coisa diversa do respeito à autoridade. Esse temor não tem valor moral senão quando o castigo seja reconhecido como justo por aquele que o recebe e isso implica que a autoridade, ao punir, já é reconhecida como legítima. E a questão é precisamente essa. Não é de fora que o mestre recebe a autoridade: é de si mesmo. Ela não pode provir senão de fé interior. [...] O que faz a autoridade de que tão facilmente se reveste a palavra do sacerdote, é a alta ideia que tem da sua missão porque ele fala em nome de uma divindade na qual tem fé de quem se sente mais próximo do que a multidão dos profanos. O mestre leigo pode e deve ter alguma coisa desse sentido. Ele também é o órgão de uma grande entidade moral: a sociedade (DURKHEIM, 1972, p. 55- 56 *apud* GOMES, 2009, p. 240).

Enquanto a autoridade é uma força que emana de dentro de quem a exerce, o que não pode ocorrer por meio do temor do castigo, o autoritarismo é reconhecido por se aplicar através da imposição, ou seja, pela força que emana de fora. A principal distinção entre a autoridade e o autoritarismo seria o fato de que este se dá pela imposição enquanto aquela ocorre por meio do convencimento. Onde há convencimento, não há necessidade de imposição. Para que uma autoridade seja legítima é necessário que os que estão sob essa autoridade estejam convencidos de que estão sendo guiados para o seu próprio bem.

Enquanto o autoritarismo está firmado no egoísmo do indivíduo que, ao agir por imposição, busca atingir seus interesses pessoais às custas do outro, a autoridade baseia-se na alteridade e no cuidado com o próximo, buscando guiá-lo para o seu próprio bem estar. Nesse sentido, podemos afirmar que a autoridade legítima está ligada ao altruísmo e a compassividade, já que aquele que exerce a autoridade precisa buscar para os que estão sob essa autoridade o seu bem estar. Somente o bem estar do próximo justifica uma posição de autoridade, na qual sempre existe uma relação de confiança.

Em Arendt (2001) vemos que, na busca de emancipar a criança da autoridade do adulto, a educação moderna a expôs precocemente à vida pública, abandonando-a à tirania do grupo. Expliquemos nosso ponto de vista a respeito dessa questão. A autora argumenta que “Tudo que vive, e não apenas a vida vegetal, emerge das trevas, e, por mais forte que seja sua tendência natural a orientar-se para a luz, mesmo assim precisa da segurança da escuridão para crescer” (ARENDR, 2001, p. 236).

Se tudo que vive precisa da proteção da escuridão, ou seja, da privacidade, com o ser humano não ocorre o inverso. Somos gerados no escuro e no secreto do ventre até que no momento correto somos trazidos à luz do mundo. O que possibilita a entrada do bebê no mundo é sua maturação. Daí, o termo prematuro quando um bebê nasce precocemente. Primeiramente, o bebê vem ao mundo para a sua própria família, que, em geral, muito se alegra com sua chegada, gozando de sua companhia. Mas, esse pequeno

bebê, protegido na privacidade do lar, precisará crescer e, aos poucos, ser introduzido no mundo, ou seja, na vida pública. Mas, para que o ser humano precisa ser introduzido na vida pública? Principalmente, para cooperar com o bem estar dos outros, já que vive em sociedade e não isoladamente, dependendo ele próprio dos outros para sobreviver.

Nesse sentido, podemos concluir que, talvez, o maior sinal de que atingimos a maturidade seja a nossa compreensão de que estamos no mundo para cooperar com os outros, distinguindo entre a vida privada e a vida pública. Quando crianças, somos naturalmente egocêntricos, conforme aponta Moraes (2013). Mas, o “egocentrismo” e o “egoísmo” precisam ser substituídos pelo altruísmo, à medida que vamos crescendo. Disso depende a própria preservação da vida na Terra.

Dessa forma, ensinar o altruísmo e a solidariedade, talvez, devesse ser a principal tarefa da educação, tanto familiar quanto escolar. Será que, a partir de uma atitude solidária, todo o resto não seria apreendido com maior facilidade? Uma sociedade individualista, pode-se concluir, é uma sociedade imatura. Sua tendência é ir contra ao bem estar social e, por conseguinte, contra a própria preservação da vida na Terra. Há muito tempo já se ouve: “O homem, com suas próprias mãos, destruirá o planeta”.

Em Arendt (2001) a responsabilidade pelo mundo assume, na educação, a forma de autoridade. O equívoco da educação moderna seria que, ao pretender emancipar a criança da autoridade do adulto, a expôs precocemente à vida pública. Pode-se perceber a relação entre a autoridade e a vida pública e identificar um problema. O fato de ser a responsabilidade pelo mundo e, por conseguinte, pela vida pública, o que assume a forma de autoridade na educação mostra que o fim da autoridade na educação diz respeito ao bem estar comum. Ter responsabilidade pelo mundo significa preocupar-se com o bem comum, o que torna necessária a distinção entre a vida pública e a vida privada.

O grande problema da educação moderna ao pretender emancipar a criança da autoridade do adulto reside no entendimento de que o adulto não poderia guiar a criança para a sua emancipação e liberdade. Dessa forma, a criança passou a ter a tarefa de buscar, com seus próprios recursos, essa emancipação e liberdade, o que a obrigou a sair precocemente da vida privada para se expor à luz da vida pública. Conforme se lê em Arendt:

choca-nos como algo realmente estranho que tal dano ao desenvolvimento da criança seja o resultado da educação moderna, pois essa sustentava que seu único propósito era servir a criança, rebelando-se contra os métodos do passado por não levarem suficientemente em consideração a natureza íntima da criança e suas necessidades [...] Como pôde acontecer que se expusesse a criança àquilo que, mais que qualquer outra coisa, caracterizava o mundo adulto, o seu aspecto público, logo após se ter chegado à conclusão de que o erro em toda a educação passada fora ver a criança como não sendo mais que um adulto em tamanho reduzido? (ARENDRT, 2001, p. 236-237).

Emancipar a criança para sua liberdade talvez tenha sido a intenção da educação moderna. De fato, a liberdade realmente parece ter a ver com nossa capacidade de sair da obscuridade da vida privada para

irmos ao encontro da luz da vida pública. Quanto mais segue-se em direção ao bem dos outros, mais se é livre das amarras do próprio egoísmo. Porém, não se pode voar em direção à luz se ainda se é filhote. Enquanto se é imaturo, necessita-se da proteção da privacidade. Essa proteção só é possível por meio da autoridade daqueles que podem guiar por conhecerem melhor o caminho da luz da tão procurada liberdade.

Para que a dualidade interpretativa a respeito de Anísio Teixeira (autoritário ou libertário) seja melhor esclarecida, é necessário atentar para algumas questões. Anísio Teixeira estava correto em sua tentativa de romper com o tipo de autoridade vigente no meio educacional de sua época, que se tratava de uma autoridade que hierarquizava e oprimia, ou seja, tratava-se do autoritarismo. É importante compreender que Teixeira possuía uma referência negativa a respeito de autoridade, pois residia em uma sociedade marcada por uma tradição autoritária, conforme mencionado. O educador viu no método científico uma esperança para o povo brasileiro sair do jugo autoritário. O próprio Anísio Teixeira exercia uma posição de autoridade, por meio da qual pretendia guiar o povo para um bom caminho, ou seja, para o caminho da liberdade.

Anísio Teixeira parece ter atentado para a possibilidade da existência de uma autoridade legítima, destituída de interesses pessoais e egoístas, o que chamou de autoridade interna. Não havendo autoridade, inevitavelmente, será o autoritarismo que tomará as rédeas. Além disso, a ausência de uma autoridade legítima, na organização escolar, tende à burocratização, na qual o governo é de todos e de ninguém ao mesmo tempo. Detalharemos melhor essa questão posteriormente.

Enfatizamos que, talvez, Teixeira tenha atentado para a necessária existência de uma autoridade legítima, que busca a liberdade e não a opressão, já que suas referências sobre a autoridade eram negativas, pois vivera num meio marcado pelo autoritarismo. Sua saída foi, então, rebelar-se contra qualquer “autoridade externa”, ou seja, contra uma autoridade imposta de fora para dentro, de forma heterônoma. Na verdade, estava se rebelando contra o autoritarismo de sua época, o que foi realmente necessário. A liberdade do homem está condicionada a sua relação com outros homens e essa relação não pode abrir mão da boa autoridade, que se constitui a partir do entendimento de que todos têm o direito de pensarem por si mesmos, a partir da chamada “autoridade interna”.

## **Considerações finais**

A tentativa de Anísio Teixeira de romper com tudo o que considerava tradicional no meio educacional e no meio social só poderia resultar no conflito com seus contemporâneos. Assim como ele estava convencido de que o método científico deveria orientar a educação, seus principais rivais, os católicos, tinham toda certeza de que a educação deveria ser orientada pela fé e pela religião. Duas visões

de mundo estavam em jogo. A nova pedagogia lutava contra a antiga. Além disso, a tentativa de emancipar os alunos da “autoridade” dos adultos, fez com que Teixeira passasse a ser visto como “anarquista” por aqueles que não compreendiam os fatos como ele.

A pretensão de Teixeira de romper com o autoritarismo era realmente necessária, e foi correta se isso não significou o rompimento com a autoridade legítima dos adultos sobre os alunos, equívoco da educação moderna, conforme vimos em Hannah Arendt. Um equívoco que encontrou, de certa forma, respaldo em uma sociedade marcada por péssimas referências de autoridade, na qual a ausência de autoridades legítimas, ou seja, autoridades constituídas para a liberdade e não para a opressão, era o que prevalecia.

Ainda hoje constata-se que a herança autoritária parece ter nos marcado de forma profunda. Pode-se perceber que o termo autoridade possui, entre nós, pelo menos para muito de nós, não só no meio educacional, como na própria sociedade, uma conotação negativa. Alguns educadores aplaudem a atitude revolucionária de Teixeira. Nós também o fazemos. Todos sonhamos com a liberdade. Todos ainda somos oprimidos pelo enraizado autoritarismo em nossa nação. Mas precisamos, urgentemente, nos curar das feridas do passado e adquirir uma visão mais madura e lúcida a respeito do papel da autoridade no meio educacional e na própria relação entre humanos, para que exista, realmente, a possibilidade de se buscar essa liberdade tão desejada.

Não parece conveniente continuar agindo como adolescentes feridos e revoltados. Teixeira deixou um grande exemplo de luta, fé, coragem e sacrifício, que fez da obra educacional por ele realizada, uma grande obra. As discórdias sobre a escola tradicional e a moderna, nova ou progressista, não deveriam tomar lugar de destaque. É preciso olhar para as práticas educativas e refletir sobre o que tem sido feito até agora. Mesmo que Anísio Teixeira não tenha criticado as contradições da sociedade capitalista, não se pode ignorar sua intenção de proporcionar uma educação de qualidade para as classes populares, a fim de possibilitar uma sociedade mais igualitária e solidária. Para isso, o educador estava disposto e pagou um preço alto.

Atualmente, é possível observar no meio educacional público brasileiro que assuntos importantes para se compreender os problemas da educação pública têm sido substituídos por questões superficiais e pontuais. A todo custo tem-se tentado convencer o professor de que os problemas da aprendizagem estão ligados à aplicação de métodos ultrapassados e inadequados aos alunos. São deixadas de lado, muitas vezes, questões culturais, sociais e políticas, sem as quais não é possível compreender os problemas educacionais que envolvem as crianças e os jovens brasileiros. Nas palavras de Arendt (2001, p. 227) “Sempre que, em questões políticas, o são juízo humano fracassa ou renuncia à tentativa de fornecer respostas, nos deparamos com uma crise”.

A ausência de autoridades legítimas no espaço escolar possui graves consequências. Uma dessas consequências se refere à tomada de rédea pelo autoritarismo, o qual sempre está ligado aos interesses pessoais e privatistas e se dá por meio da imposição em relações hierarquizadas. Nessa hierarquia autoritária, o professor é aquele que sofre as mais graves consequências, já que ocupa a posição mais baixa na escala hierárquica e se vê sempre obrigado a atender comandos que, na maioria das vezes, em nada cooperam com sua prática e com sua relação com os alunos.

É importante ressaltar que muitas das dificuldades de aprendizagem escolar hoje estão ligadas à ausência da autoridade do professor. Parece que a tendência dos que estão sob o jugo do autoritarismo é a reprodução desse jugo, o que gera um grande problema na relação professor/aluno, já que as crianças e os jovens de nossa época não estão dispostos a se calarem diante do autoritarismo. Assim, a desordem, o desinteresse e o desrespeito ao professor, tão comuns no meio educacional atual, tornam o processo de ensino e aprendizagem árduo e difícil. É claro que há outras questões que prejudicam o processo de ensino e aprendizagem no Brasil, como as de ordem social, cultural e econômica. Mas, talvez, o maior problema resida na relação entre os que estão envolvidos no meio educacional.

Outra consequência da ausência da autoridade no espaço escolar é a burocratização. A burocratização é reconhecida nos espaços onde ninguém assume uma posição de autoridade. O poder de ninguém é o que governa. De acordo com Soares:

Quando esta burocratização ocorre, a escola perde seu sentido de espaço público importante dentro do Estado democrático de direito e assume, meramente, o papel de máquina escolar burocrática, destituída de qualquer autoridade e governada por *ninguém*. Nesse contexto, os professores e os funcionários escolares podem ficar indiferentes e alheios aos rumos da escola como instituição pública e ao sentido de seu trabalho e de sua autoridade diante das novas gerações e do conjunto da comunidade escolar (SOARES, 2012, p. 847).

Parece claro que tanto a vida privada quanto a vida pública não podem abrir mão da autoridade, visto que a ausência da autoridade abre portas para o autoritarismo, o qual vai de encontro aos interesses públicos, por basear-se nos interesses pessoais e privatistas. Deixamos claro o fato de que temos a consciência de que todos necessitamos da proteção e dos provimentos da vida privada. É necessário, porém, que nossas necessidades privadas não sejam confundidas com o privatismo egoísta, que vai de encontro à vida pública. A educação não pode abrir mão da autoridade. A escola, como instituição pública destinada à educação não pode abrir mão da autoridade e não pode estar indiferente à necessária distinção entre a vida pública e a privada.

Finalizamos afirmando a urgente necessidade dos que militam na área educacional de reverem seu conceito de autoridade, bem como sua compreensão a respeito da distinção entre a vida pública e a privada. Sonhamos, como Anísio Teixeira, com a liberdade do nosso semelhante? Busquemos, então, essa

liberdade na relação de autoridade legítima, a qual, reafirmamos, nada tem a ver com o egoísmo humano. Já é tempo de crescermos! Saiamos do ninho e voemos rumo à liberdade!

---

## Referências

- ARENDRT, Hannah. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001, p. 221-247.
- BONEMY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- GOMES, Carlos Alberto. Poder, autoridade e liderança institucional na escola e na sala de aula: perspectivas sociológicas clássicas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 63, p. 235-262, abr./jun. 2009.
- MEDEIROS, J. L. Formação para o Trabalho x Formação para a Vida: **Do princípio educativo do trabalho à educação emancipatória**. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2019.
- MORAIS, Alessandra de; SASSO, Bruna Assem. O egocentrismo infantil na perspectiva de Piaget e Representações de Professoras. **Revista eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. Volume 5 Número 2 – Ago-Dez/2013.
- NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: A poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000, p. 227-344.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda M. R.. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SOARES, Ademilson de Souza. A autoridade do professor e a função da escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 841-861, set./dez. 2012.
- TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse do Director Geral de Instrução Pública. **Boletim de Educação Pública**. Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, jan./jun. 1932. p. 75-76. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/discurso.html> Acesso em: 08 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p. 181-188. Discurso de posse da UDF. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/notas2.html> Acesso em: 06 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Porque "Escola Nova". **Boletim da Associação Bahiana de Educação**. Salvador, n.1, 1930. p. 2-30. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/nova.htm> Acesso em: 08 abr. 2019.

VIDAL, Diana G. & PAULILO, André, L. Projetos e estratégias de implementação da escola nova na capital do Brasil (1922-1935). In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, GONDRA, Cláudia; José G. (orgs.) **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 375-398.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)